

aviator betano

No futebol brasileiro, as casas de apostas se tornaram onipresentes. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu taxar as empresas e os apostadores que operam no mercado de apostas esportivas no Brasil. A taxa sobre as empresas, que tem uma maior presença na internet, vai fazer parte de uma medida provisória elaborada pelo Ministério da Fazenda. Os apostadores serão taxados em 30% sobre os valores dos prêmios recebidos durante um evento esportivo. Haverá isenção para ganhos que fiquem dentro do valor da primeira faixa livre de Imposto de Renda, atualmente em R\$ 1.903,98.

A informação foi divulgada pelo assessor especial do Ministério da Fazenda, José Francisco Manssur, durante audiência pública na Câmara, na semana passada. A medida provisória ainda não foi publicada e, segundo a pasta, será assinada ainda neste mês.

As empresas, por vez, terão de pagar R\$ 30 milhões para o governo federal por uma licença de cinco anos e 15% de imposto sobre o lucro - receita obtida após a distribuição de prêmios. Ter registro no Brasil, funcionários brasileiros e possuir capital social de no mínimo R\$ 100 milhões; outras exigências que serão previstas na medida provisória.

As companhias que vendem as apostas e aquelas que oferecem os meios de pagamento vão ter de ser credenciadas pelo governo. Sem regulamentação.

As apostas são legalizadas no Brasil desde 2018, mas ainda não foram regulamentadas e deixam de ser tributadas.

“A partir do momento da regulamentação, apostar fora do Brasil será ilegal.

Teremos meios eficientes, e a busca por ter o índice inglês de 87% de sites de apostas hospedados e legalizados no Brasil”, afirmou Manssur durante a audiência na Câmara.

“Não desconfiem da capacidade do Estado brasileiro de coibir a ilegalidade.

Nós vamos coibir a ilegalidade.”

A taxa sobre as empresas é uma das estratégias do Ministério da Fazenda para aumentar a arrecadação do governo federal e atingir R\$ 150 bilhões e sustentar as metas do novo arcabouço fiscal, regra que vai substituir o teto de gastos públicos.

O Ministério da Fazenda espera arrecadar de R\$ 12 bilhões